

# AEROPORTOS DO SUDESTE DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 33.402.939/0001-31

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Senhores Acionistas,** A Administração dos Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. ("Concessionária" ou "Companhia"), tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório de Administração e as correspondentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 auditadas por nossos auditores independentes.

**1. Perfil Institucional:** A Companhia detém concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do aeroporto de Vitória que está localizado na avenida Roza Helena Schorling Albuquerque, 856, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo e do aeroporto de Macaé que está localizado na estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/n, na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, pelo período correspondente a 30 anos a contar da data de eficácia, dia 03 de outubro de 2019.

**2. Controle Acionário:** O controle acionário da Companhia pertence à Zurich Airport Latin America Ltda. ("ZALA"), e faz parte do Grupo Zurich Airport. O Grupo Zurich Airport está atualmente envolvido na operação de 10 (dez) aeroportos em todo o mundo. Além do aeroporto de Zurique, a empresa concentra investimentos na América Latina, onde atua nos aeroportos de Bogotá, Curaçao, Florianópolis, Vitória, Macaé, Belo Horizonte, Natal, Iquique e Antofagasta. Em 2019, a Grupo Zurich Airport ganhou a concessão para construir e operar o segundo aeroporto de Nova Delhi, na Índia, que está em período de construção com a expectativa de conclusão para o ano de 2025. Com a missão de desenvolver negócios, pessoas e as regiões onde atuamos, a Zurich Airport Brasil, formada pelos aeroportos de Florianópolis, Vitória, Macaé e Natal, procura oferecer um novo patamar de qualidade e gerar experiências incriáveis para passageiros e visitantes. Nossa visão é construir juntos os mais eficientes, sustentáveis e surpreendentes aeroportos do Brasil, criando um excelente negócio ao acionista.

**3. Destaques 2024:** A Companhia obteve a aprovação de um novo pedido de revisão

extraordinária do contrato de concessão, celebrado entre a Concessionária e a ANAC, relativo aos impactos da pandemia da COVID-19 no exercício de 2024, no valor de R\$30.016, na data base de dezembro de 2023 através da decisão ANAC nº 672, de 02 de julho de 2024. • Reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade, no aeroporto de Vitória, em 2024, conseguimos desviar 420 toneladas de lixo do aterro sanitário, alcançando um índice de desvio de aterro de 98% no ano, um aumento expressivo em relação ao 84% do ano anterior. No aeroporto de Macaé, em 2024, conseguimos desviar 140 toneladas de lixo do aterro sanitário, alcançando assim um índice de desvio de aterro de 99% no ano. Além disso, no Aeroporto de Vitória, reutilizamos 9040 m³ de água de chuva, registrando um aumento de 7% em relação ao ano anterior. A Companhia, através da contratação do consórcio BEMVOAR, deu andamento a construção da nova pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Macaé/RJ sob regime de empreitada global (EPC) com extensão de 1.410 metros, além de construção de um novo pátio de aeronaves com área de 10.000 m² e outras melhorias. A obra iniciou em junho de 2023 e será finalizada com todos os itens de checklist em março de 2025, passando a ser o único aeroporto no Brasil com duas pistas para operação offshore. • A Zurich Airport Brasil foi reconhecida pelo terceiro ano consecutivo pela consultoria global Great Place to Work como uma ótima companhia para se trabalhar. • A Companhia encerrou o exercício de 2024 com um quadro de 70 colaboradores, frente aos 75 de 2023. • Em 2024, pelo segundo ano consecutivo, os aeroportos do grupo conquistaram posições de destaque no Programa Aeródromos Sustentáveis da ANAC, sendo os aeroportos de Florianópolis e Vitória, 1º e 2º lugar na categoria Classe III. Além disso, fomos premiados no Green Airport Recognition da ACI América Latina nos projetos 400 Hertz e Waste Diversion Pathway. O projeto 400 Hertz também foi premiado com o 2º lugar pelo GRI Infra Awards, que abrange projetos de todos os setores de transporte no Brasil. • Em uma iniciativa pioneira, a Zurich Air-

portos de Brasil implementou salas multisensoriais nos aeroportos de Vitória e Macaé, além de já ter implementado em Florianópolis anteriormente. Esses espaços são projetados para atender passageiros com necessidades especiais, oferecendo um ambiente adaptado que proporciona conforto e acessibilidade, alinhado às melhores práticas internacionais de inclusão. • O ano de 2024 foi de entregas importantes para o Real Estate, com a comercialização de mais 250.000 m² de área com destaque para os projetos de logística, mantendo a média de 2023. Além de evolução relevante nas transações, houve a entrega de obras de projetos importantes para a cidade de Vitória, como o supermercado Assai, a Igreja Batista e o posto de combustível BR. Houve também uma ampliação das operações da Latam Cargo e Gol Log, aumentando ainda mais a oferta de logística para a região. Outro destaque foi o início das obras da Escola Americana de Vitória e da Igreja AD Fonte de Vida. • Os aeroportos de Macaé e Vitória encerraram o ano de 2024 com 45% de participação de mercado offshore, combinados nos voos offshore da bacia da Campos e do Espírito Santo, essa participação era de 29% em 2019, o que consolida a liderança da Zurich Airport Brasil nesse segmento. O movimento de voos offshore em 2024 foi de 39.260 entre pousos e decolagens, número 5% superior em comparação a 2023. O negócio offshore obteve resultados relevantes na diversificação de receitas com serviços, aumentando em 14,72% o faturamento médio de serviços por voo. • Em 2024, Companhia avançou em sua agenda de sustentabilidade com a implementação do Projeto 400Hz, que consiste na instalação de equipamentos de energia elétrica de 400Hz e ar pré-condicionado (PCA) nas pontes de embarque. Esses sistemas permitem que as aeronaves utilizem apenas energia elétrica proveniente de fontes renováveis, eliminando a necessidade de acionamento de unidades auxiliares de potência (APU) ou geradores externos a diesel, que consomem combustíveis fósseis e emitem gases de efeito estufa. A adoção dessa tecnologia reforça o compromisso do Grupo Zurich Airport Brasil com

a sustentabilidade e inovação, se posicionando como referência em práticas ambientais no setor aeroportuário nacional. • Em 2024, o Aeroporto de Vitória, em parceria com a Secretaria de Turismo do Espírito Santo (Setur) e diversas operadoras de turismo, lançou o projeto "Vitória+". Esta iniciativa visa promover o destino Espírito Santo, destacando seus atrativos turísticos e culturais. O projeto inclui ações de divulgação de campanhas turísticas do estado, incluindo hospedagens, aéreas e atrativos, com isso desenvolvendo produtos nas prateleiras de operadoras para fomento do turismo. Essas estratégias buscam ampliar a divulgação do estado e capacitar profissionais do setor para oferecerem experiências enriquecedoras aos visitantes. • Em outubro de 2024, Artemis Papanika assumiu como Diretora de Operações da Zurich Airport Brasil, passando a liderar as operações dos aeroportos de Florianópolis, Vitória, Macaé e Natal. Com vasta experiência internacional, Artemis traz uma perspectiva global que contribuirá para elevar ainda mais os padrões operacionais e de atendimento nos aeroportos sob sua gestão.

**4. Perspectivas para 2025:** Inaugurar e homologar a operação da Nova Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto de Macaé; • Desenvolver novas oportunidades de serviços para os passageiros na área comercial do aeroporto; • Oferecer aos passageiros e visitantes uma experiência de compra mais ampla e desenvolver maior diversificação de receitas, reduzindo a dependência de passageiros; • Desenvolvimento de novos negócios no Real Estate nas áreas ainda não comercializadas.

**5. Auditores Independentes:** As demonstrações financeiras aqui representadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	62.522	41.447
Contas a receber	7	25.012	21.032
Tributos a recuperar	8	18.104	12.394
Despesas antecipadas	9	2.266	1.779
Outros ativos		4.236	3.737
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>112.140</b>	<b>80.389</b>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	6	4.098	1.907
Tributos a recuperar	8	9.269	6.926
Despesas antecipadas	9	53	202
Depósitos judiciais	18	141	48
		13.561	9.083
Imobilizado	10	393	530
Intangível	11	799.273	684.661
		799.666	685.191
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>813.227</b>	<b>694.274</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>925.367</b>	<b>774.663</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Capital social					Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	593.909	(22.908)	2.231	23.612	-	596.844
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	66.989	66.989
Reserva legal	-	-	3.350	-	(3.350)	-
Reserva de lucro	-	-	-	25.454	(25.454)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(736)	(736)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(37.449)	(37.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	593.909	(22.908)	5.581	49.066	-	625.648
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	81.481	81.481
Reserva legal	-	-	4.074	-	(4.074)	-
Reserva de lucro	-	-	-	35.157	(35.157)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(49.066)	(49.066)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(42.250)	(42.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	593.909	(22.908)	9.655	35.157	-	615.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. ("Concessionária" ou "Companhia") é uma sociedade anônima situada na avenida Roza Helena Schorling Albuquerque, 856, Aeroporto, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo e na estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/n, Parque Aeroporto, na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro. Tem como objeto a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos complexos aeroportuários integrantes do Bloco Sudeste, sendo aeroporto de Vitória e o aeroporto de Macaé, conforme contrato de concessão estabelecido com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), assinado em 05 de setembro de 2019. A Concessionária é controlada 100% pela Zurich Airport Latin America Ltda. ("ZALA"). A concessão se dará no prazo de 30 anos, contados da data da eficácia no dia 03 de outubro de 2019, podendo ser prorrogado por até 5 anos. A transferência das operações dos Aeroportos, da Infraero para a Concessionária foi concluída em 20 de dezembro de 2019 em Macaé e 03 de janeiro de 2020 em Vitória, data em que a Concessionária assumiu integralmente as operações dos aeroportos. Esse contrato prevê que a Concessionária realize pagamentos de contribuições variáveis a partir do 5º (quinto) ano da concessão. A contribuição fixa inicial, decorrente da oferta realizada no leilão, corresponde a R\$437.000 (quatrocentos e trinta e sete milhões), a qual foi liquidada na data da assinatura do contrato, em 05 de setembro de 2019, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") no valor de R\$440.943. Ainda, conforme estipulado em edital do Leilão referente a concessão aeroportuária, houve indenização a INFRAERO, referente ao custeio de programas de adequação do efetivo, no valor de R\$85.526 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil reais). A Concessionária se obriga a pagar à União, mediante depósito ao Fundo Nacional de Aviação Civil ("FNAC"), a contribuição variável. A primeira parcela da contribuição variável terá como base a receita bruta referente ao quinto ano-calendário completo da concessão, contado a partir da Data de Eficácia, seguindo, a partir de então, as alíquotas e periodicidades, a considerar: (a) Quinto ano: 1,77%; (b) Sexto ano: 3,54%; (c) Sétimo ano: 5,31%; (d) Oitavo ano: 7,08%; (e) A partir do nono ano: 8,95%. **Projeto nova pista Macaé:** Após o recebimento da Certificação Operacional do Aeródromo pela ANAC, que ocorreu em dezembro de 2021, não haveria necessidade de intervenções no lado ar do Aeroporto de Macaé para entrega da Fase I-B do Contrato de Concessão. Sendo assim, o prazo para entrega das obras passa a ser junho de 2025. A Companhia possui contrato com o Consórcio Bemvor, empresa responsável pela construção da nova pista de pouso e decolagens do aeroporto de Macaé. A obra iniciou em junho de 2023 e será finalizada com todos os itens de checklist em março de 2025, a nova pista tem 1.410 metros e já possui 100% da obra concluída desde dezembro de 2024, sendo o investimento estimado de R\$220.000.

**2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), adotados no Brasil com aprovação do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. Os demonstrativos foram preparados considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras para o exercício final em 31 de dezembro de 2024 são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Alguns valores de exercícios correspondentes foram reclassificados entre rubricas para melhor representação e comparabilidade em relação aos saldos de 31 de dezembro de 2024, a administração considerou que os valores são irrelevantes para fins de representação. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 26 de março de 2025.

**3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo exercício apresentado nessas demonstrações financeiras. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até doze meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os valores são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo. Os valores são avaliados pelo custo amortizado até a data do balanço e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 12 meses. b) **Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Para os prazos de recebimento inferiores a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante. As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com pagamentos em atraso e em montante considerado suficiente pela administração para suprir eventuais perdas na realização desses créditos. c) **Conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em

moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. d) **Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil do bem, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	20
Móveis e utensílios	10
Ferramentas e aparelhos	10

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado. e) **Intangível:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: i) **Direito de concessão:** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. A amortização desse direito é calculada com base na curva de demanda de passageiros esperados ao longo do contrato de concessão do aeroporto, sendo atualizada anualmente. A partir de 2024 a Companhia adotou o uso da curva de demanda realizada para cálculo mensal da amortização. ii) **Infraestrutura:** Para a aplicação do ICP 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma: (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICP 01. **Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional:** O direito de exploração da infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e do novo terminal em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCP 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. **Reconhecimento de receita de construção:** Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Todas as despesas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo. iii) **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas por valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios. f) **Instrumentos financeiros:** i) **Ativos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há instrumentos financeiros derivativos. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados. Em 31 de dezembro de 2024 há expectativa de perdas com risco de crédito no valor de R\$2.148

Demonstração do resultado - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	20	291.289	277.642
Custo dos serviços prestados	21	(177.742)	(185.047)
Lucro bruto		113.547	92.595
Despesas administrativas e gerais	21	(17.787)	(17.722)
Outras receitas e despesas operacionais	21	(356)	51
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		95.404	74.924
Receitas financeiras	22	9.939	8.170
Despesas financeiras	22	(3.623)	(1.468)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		101.720	81.626
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(13.939)	(14.882)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(6.300)	245
Lucro líquido do exercício		81.481	66.989
Lucro líquido diluído por ação (em R\$)	24	0,14	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	81.481	66.989	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	81.481	66.989	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(R\$1.875 em 31 de dezembro de 2023). ii) **Passivos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados a valor justo com contrapartida no resultado, e o empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos financeiros da Companhia correspondem a empréstimos e financiamentos, fornecedores, impostos a pagar e outras obrigações. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos. g) **Reconhecimento de receita:** As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de: i) **Receitas tarifárias:** A Concessionária obtém receitas através de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pela ANAC através do anexo IV do contrato de concessão, iniciando a partir do quinto ano, através de taxas progressivas. A Concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária. Destacam-se as seguintes receitas tarifárias: a) **Tarifa de embarque e conexão:** São os valores cobrados dos passageiros e repassados pelas companhias aéreas referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas pela Concessionária para os passageiros. b) **Tarifa de pouso:** É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações, e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave. c) **Tarifa de permanência:** É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso. d) **Tarifa de armazenagem e captação:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias no armazém de carga aérea do aeroporto. i) **Receitas não tarifárias:** A Companhia também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Os preços estipulados nos contratos relativos à receita não tarifária não são regidos por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas. iii) **Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCP 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A administração da Companhia, através de estudo realizado não identificou margem de lucro nesta operação. iv) **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. h) **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. ii) **Ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou grupo de determinado unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual. Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos. j) **Contas a pagar de fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 me-

Demonstração dos fluxos de caixa - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.720	81.626	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	15.806	13.268	
Baixas de ativo imobilizado e intangível	593	38	
Provisão para risco de crédito	273	(63)	
Provisão para contingência	30	1.278	
Juros, atualização monetária de empréstimos e financiamento	1.481	-	
Rendimento aplicações financeiras vinculadas	(213)	(45)	
	119.690	96.102	

	2024	2023
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber	(4.253)	(3.172)
Tributos a recuperar	(8.053)	(24.528)
Despesas antecipadas	(338)	(676)
Outros ativos	(592)	(3.398)
(Aumento)/redução nos passivos		
Fornecedores	(2.862)	4.772
Partes relacionadas	(285)	5.251
Obrigações sociais e trabalhistas	(33)	198
Tributos a recolher	5.446	16.676
Outros passivos	3.899	(598)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.245)	(22.293)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	86.374	68.334
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras vinculadas	(1.978)	(1.622)
Aquisição de ativo imobilizado	(30)	(235)
Aquisição de ativo intangível	(114.512)	(142.493)

continuação

**AEROPORTOS DO SUDESTE DO BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 33.402.939/0001-31**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensação na apuração de tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao IAS 7: Acordos de financiamento de fornecedores:** As alterações à IAS 7 esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As demonstrações financeiras da Companhia não foram afetadas por esta alteração. **p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Essas alterações serão obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, e a Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** o IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. As alterações entram em vigor para as demonstrações financeiras do exercício de 2027. **Alteração ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas e Consolidadas. As alterações buscam alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais emitidos pelo IASB. O CPC 18 agora permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MCP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis brasileiras com as internacionais. A ICP 09 teve sua redação ajustada para alinhamento normativo, sem impactos materiais para a Companhia. Essas alterações serão obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, e a Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o CPC emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que alterou o CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e o CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A revisão busca definir o conceito de moeda funcional e estabelece diretrizes para a contabilização de moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade de cenários deve ser avaliada com base na data da transação e nas condições de mercado. Em diversos onde existam múltiplas taxas de câmbio, deve ser utilizada a taxa que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. A norma ainda enfatiza a necessidade de divulgações mais detalhadas sobre moedas não conversíveis, permitindo que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros e os critérios utilizados na estimativa das taxas de câmbio. Essas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. **q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros:** Em atendimento ao CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

2024 2023

Caixa e equivalentes de caixa 65.522 41.447

Contas a receber 25.012 21.032

Aplicações financeiras vinculadas 4.098 1.907

Fornecedores 12.320 15.182

Empréstimos e financiamentos 276.226 117.290

Partes relacionadas 725 5.933

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **i) Risco de crédito:** Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. **ii) Risco de mercado:** Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. **iii) Risco de gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **iv) Risco de liquidez:** Representa o risco de a Concessionária não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela Companhia. O excedente de caixa disponível pela Concessionária é investido em aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valores.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

2024 2023

Caixa e bancos 6.004 4.695

Aplicações financeiras 56.518 36.752

Total de caixa e equivalentes de caixa 62.522 41.447

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancários ("CDB") e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") entre 80% e 103% em 2024 (101% e 103% em 31 de dezembro de 2023).

**6. Aplicações financeiras vinculadas:** De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, os recursos destinados aos quatro primeiros pagamentos devem ser alocados em contas bancárias específicas para esta finalidade. Os valores estão alocados em um fundo de investimento renda fixa, representadas por Certificados de Depósito Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mas em conta bloqueada para resgate até o fim do contrato com o BNDES.

2024 2023

Aplicações financeiras vinculadas 4.098 1.907

Total de aplicações financeiras vinculadas 4.098 1.907

**7. Contas a receber**

2024 2023

Contas a receber 8.853 9.486

Receita aeroportuária 12.490 11.068

Receita comercial e TI 2.928 1.219

Outras receitas 2.889 1.134

27.160 22.907

Provisão para riscos de crédito (2.148) (1.875)

Total de contas a receber 25.012 21.032

Contas a receber líquidas por vencimento	2024	2023
A vencer	24.797	20.249
Vencidos:		
Até 30 dias	154	731
De 30 a 60 dias	55	64
De 60 a 90 dias	50	10
De 90 a 120 dias	49	69
De 120 a 150 dias	61	9
De 150 a 180 dias	70	27
Acima de 180 dias	1.924	1.748
Total	27.160	22.907

**Movimentação da provisão para risco de crédito**

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(1.875)	(1.938)
Adições	(667)	(538)
Reversões	304	526
Baixas para perdas	90	75
Saldo no final do exercício	(2.148)	(1.875)

A Companhia realiza a linearização dos contratos de cessão de espaço especificados com valor mínimo e fixo, conforme IFRS 16/CPC 06 (R2) pelo prazo remanescente do contrato. A Companhia possui em 2024 o valor de R\$3.309 relativos à equalização dos contratos e abonos. Em 2023 o valor linearizado dos contratos era de R\$2.598.

**8. Tributos a recuperar**

	2024	2023
Tributos a recuperar		
PIS e COFINS a recuperar (i)	9.071	9.235
IRPJ e CSLL a recuperar (ii)	17.321	9.761
IRRF a recuperar	741	171
Outros impostos a recuperar	240	153
Total de tributos a recuperar	27.373	19.320
Circulante	18.104	12.394
Não circulante	9.269	6.926

(i) Os saldos de PIS e COFINS são créditos sobre os investimentos, que são compensados a partir da amortização dos bens realizada pela curva de demanda.

(ii) O saldo de 31 de dezembro de 2024 se refere principalmente a constituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no exercício de 2024.

**9. Despesas antecipadas**

	2024	2023
Despesas antecipadas		
Seguros a apropriar	2.193	1.835
Demais despesas pagas antecipadamente	126	146
Total despesas antecipadas	2.319	1.981
Circulante	2.266	1.779
Não circulante	53	202

**10. Imobilizado - Composição**

	2024			
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10%	36	(13)	23
Móveis e utensílios	10%	311	(83)	228
Equipamentos de informática	20%	781	(658)	123
Outros	10%	10	(2)	8
Imobilizado em andamento	10%	11	-	11
Total		1.149	(756)	393

	2023			
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10%	24	(18)	6
Móveis e utensílios	10%	311	(50)	261
Equipamentos de informática	20%	781	(521)	260
Outros	10%	5	(2)	3
Total		1.121	(591)	530

**Movimentação do ativo imobilizado**

	2024					
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6	261	260	3	-	530
Adições	12	11	6	11	30	68
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	5	(33)	(137)	(1)	-	(166)
Reclassificações	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23	228	123	8	11	393

	2023					
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6	261	260	3	-	530
Adições	12	11	6	11	30	68
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	5	(33)	(137)	(1)	-	(166)
Reclassificações	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23	228	123	8	11	393

**11. Intangível - Composição**

	2024				
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Direito de outorga	(*)	530.194	(33.649)	496.545	
Softwares de uso	(**)	6.341	(4.900)	1.441	
Marcas e patentes		291	-	291	
Intangível em serviço	(*)	38.003	(5.657)	32.346	
Intangível em andamento		268.650	-	268.650	
Total		843.479	(44.206)	799.273	

	2023				
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Direito de outorga	(*)	530.194	(22.031)	508.163	
Softwares de uso	(**)	5.111	(3.399)	1.712	
Marcas e patentes		291	-	291	
Intangível em serviço	(*)	26.370	(3.149)	23.221	
Intangível em andamento		151.274	-	151.274	
Total		713.240	(28.579)	684.661	

(\*) Amortização pela curva de demanda.

(\*\*) Vigência do contrato de softwares.

**Movimentação do ativo intangível**

	2024					
	Direito de outorga	Softwares de uso	Marcas e patentes	Intangível em serviço	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	508.163	1.712	291	23.221	151.274	684.661
Adições	-	524	-	716	129.604	130.844
Baixas	-	(10)	-	(1)	(582)	(593)
Amortização	(11.618)	(1.513)	-	(2.509)	-	(15.640)
Reclassificações	-	728	-	10.919	(11.646)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2024	496.545	1.441	291	32.346	268.650	799.273

	2023					
	Direito de outorga	Softwares de uso	Marcas e patentes	Intangível em serviço	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	508.163	1.712	291	23.221	151.274	684.661
Adições	-	513	-	2.029	143.833	146.375
Amortização	(8.796)	(1.196)	-	(3.102)	-	(13.094)
Reclassificações	89.251	232	-	(83.828)	(5.648)	7
Saldo em 31 de dezembro de 2023	508.163	1.712	291	23.221	151.274	684.661

	2024				
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	530.194	(33.649)	496.545		
Amortização acumulada	6.341	(4.900)	1.441		
Saldo contábil líquido	496.545	1.441	291	32.346	268.650

	2023				
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	530.194	(22.031)	508.163		
Amortização acumulada	5.111	(3.399)	1.712		
Saldo contábil líquido	496.545	1.441	291	32.346	268.650

**12. Empréstimos e financiamentos:** Em 28 de abril de 2020, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), para obtenção de linha de crédito no valor de R\$550.000, divididos entre os sub crédito - A (R\$350.000) e sub crédito - B (R\$200.000). A Companhia realizou cinco liberações até dezembro de 2024 referente ao sub crédito - A, sendo o montante de R\$13.125 em outubro de 2020, R\$55.000 em agosto de 2023, R\$50.000 em novembro de 2023, R\$60.000 em maio de 2024 e R\$90.000 em novembro de 2024. A remuneração deste contrato envolve a taxa de juros de 5,81% ao ano para o sub crédito - A e taxa de juros de 5,83% ao ano para o sub crédito - B, ambos acrescidos do IPCA. A parcela da taxa de juros incidirá sobre o saldo devedor e será exigível da seguinte forma: (i) **Sub crédito A:** trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, e mensalmente, a partir do dia 15 de julho de 2025, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal; (ii) **Sub crédito B:** trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, e mensalmente, a partir do dia 15 de setembro de 2027, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal. A liquidação das amortizações está apresentada a seguir: (i) **Sub crédito A:** em 227 (duzentas e vinte e sete) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2025; (ii) **Sub crédito B:** em 201 (duzentas e uma) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de setembro de 2027.

**a) Composição da dívida**

	2024	2023
Empréstimos, financiamento		
Empréstimos BNDES	276.226	117.290
Total de empréstimos, financiamento	276.226	117.290
Circulante	8.798	796
Não circulante	267.428	116.494

**b) Movimento da dívida**

	2024	2023
Saldo no início do exercício	117.290	10.152
Captações	150.000	105.000
Pagamentos de juros e encargos	(8.877)	(1.744)
Apropriação de juros e atualizações	9.828	2.423
Atualização monetária	7.985	1.459
Saldo no final do exercício	276.226	117.290

O contrato de empréstimo realizado junto ao BNDES possui cláusula de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), conforme apresentadas a seguir: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") maior ou igual a 1,3 (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (EBITDA - Pagamento de IR e CSLL/Serviço da dívida (BNDES + Outros Credores)); (ii) Man

continuação

**AEROPORTOS DO SUDESTE DO BRASIL S.A.** - CNPJ/MF nº 33.402.939/0001-31

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
<b>23. Imposto de renda e contribuição social</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Diferenças temporárias	(2.300)	(2.723)
Diferenças capitalização empréstimos	8.382	2.829
Diferenças de taxa de amortização	1.020	780
Diferenças linearização - IFRS 16	481	397
Total de impostos diferidos	7.583	1.283
Cconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:		
	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	101.720	81.626
Alíquota nominal - lucro real	34%	34%
Tributos apurados pela alíquota vigente	(34.585)	(27.753)

	2024	2023
Efeitos fiscais sobre as adições e exclusões permanentes:		
Brindes	(24)	(20)
Despesas indedutíveis	(56)	(29)
Juros sobre o capital próprio	14.161	12.733
Outros	265	432
Imposto de renda e contribuição social	(20.239)	(14.637)
Alíquota efetiva	20%	18%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.939)	(14.882)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(6.300)	245
<b>24. Lucro básico diluído por ação:</b> O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:		
	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	81.481	66.989
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	593.909	593.909
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,14	0,11

**25. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado as coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **Risco operacional:** garante cobertura contra perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. **Garantia de execução contratual:** assegura o cumprimento das obrigações descritas no contrato. **D&O:** garante o pagamento de indenização, a título de perdas, devida a terceiros por conselheiros, diretores e/ou administradores, decorrente de uma reclamação ou pela sociedade, decorrente exclusivamente de uma reclamação de mercado de capitais. **Responsabilidade civil:** garante coberturas sobre os prejuízos causados por danos morais, materiais ou corporais a terceiros no lado terra e lado ar do aeroporto. **Veículos:** garante coberturas sobre os prejuízos causados por danos morais, materiais ou corporais a terceiros ocasionados pelos veículos da Companhia. **Drone:** garante coberturas sobre os prejuízos causados por danos morais, materiais ou corporais a terceiros ocasionados pelo uso de drones da Companhia.

Tipo de seguros	Importância segurada (R\$ mil)	Prazo de vigência
Operação de Drone (Operações VIX e MEA)	1.472	11/02/2024 a 11/02/2026
Operação de Drone (Obra MEA)	756	13/12/2024 a 13/12/2025
Veículos - Operacional	500	26/02/2024 a 26/08/2026
Responsabilidade Civil Geral	20.000	16/03/2024 a 16/03/2025
D & O	40.000	13/05/2024 a 13/11/2025
Garantia de execução contratual (Concessão)	57.587	14/08/2024 a 14/08/2025
Risco Operacional e Patrimonial	684.450	01/10/2024 a 01/10/2025
Risco de Engenharia - Obra MEA	248.050	01/06/2023 a 01/06/2026
Responsabilidade Civil Obra - Obra MEA	5.000	01/06/2023 a 01/06/2025
Garantia de execução judicial	2.402	03/02/2025 a 03/02/2028
Tipo de seguros	Importância segurada (USD mil)	Prazo de vigência
Responsabilidade civil	500.000	01/10/2024 a 01/10/2025

**RAFAEL REIS MAIA - CONTADOR - CRC- RJ – 127.855/0-6 T-SC**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Aerportos do Sudeste do Brasil S.A.** - Vitória (ES)  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Aerportos do Sudeste do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a forma-

ção de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.  
**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia con-

tinuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circuns-

tâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
 Blumenau (SC), 26 de março de 2025.

**EY** ERNST & YOUNG  
 Auditores Independentes S/S Ltda.  
 CRC-SC-000048/F

**Fabiano Agostini**  
 Contador  
 CRC SC-029999/O



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 08/04/2025**  
 Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR  
 Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

## 6260 AEROPORTOS SUDESTE - BALANCO 2024.pdf

Código do documento: 6260



### Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

### Registro de Eventos:

08 abr 2025, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 6260

**Criado por:** Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

**DATE\_ATOM:** 2025-04-08T00:02:05-03:00

08 abr 2025, 00:02:05 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2025-04-08T00:02:05-03:00

08 abr 2025, 00:02:05 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

**E-Mail:** publicidade@grupotribunaonline.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO  
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2025-04-08T00:02:05-03:00

### Hash do documento original:

[SHA256]: 39609309b5d4a554b97427f90123e5b6d3540a17035031de1b0e9f2d8a99f4e1

[SHA512]: ea56c68db7e03c8e811de09ed504062b6855f3bd4f32e060a8c5b544bd51e9ccd6aa16449c5041680de0224bc107b8c46b8f61f44336a2f4bb5ba7b972442c84

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB